

Relatório de Administração

Aos Nossos Clientes, Parceiros e Acionistas

É com orgulho que nós, do Banco Triângulo S.A - Tribanco - apresentamos aos nossos clientes, parceiros, acionistas e a todo o mercado, o Relatório de Administração relativo ao primeiro semestre de 2017.

O Tribanco faz parte do Sistema Integrado Martins - SIM, e atua há 27 anos atendendo os pequenos e médios varejistas oferecendo a eles linhas de crédito, soluções financeiras, serviços, meios de pagamento e seguros que permitem que eles desenvolvam seus negócios de maneira constante e sustentável. As empresas Tribanco, que englobam a Tricard e a Tribanco Seguros, estão presentes em todos os Estados e em mais de 60% dos municípios brasileiros e atendem a mais de 29 mil clientes pessoa jurídica e 1 milhão de clientes pessoa física.

Resultado

No primeiro semestre de 2017, o Tribanco aumentou seu lucro líquido em 22,3%, em relação ao mesmo período de 2016. O Lucro Líquido passou de R\$ 31,7MM para R\$ 38,7MM. O patrimônio líquido evoluiu de R\$ 420 milhões em 2016 para R\$ 464 milhões no fechamento do primeiro semestre de 2017.

Os bons resultados são fruto de ações que resultaram no aumento da eficiência decorrente do investimento em tecnologia e da redefinição dos processos de cobrança, concessão de crédito e assistência ao cliente, que permitiram antecipar possíveis problemas com inadimplência. Os grandes vetores desse crescimento foram os controles das despesas e da eficiência.

Estrutura Acionária e Governança Corporativa

O Tribanco consolida suas diretrizes de governança em um Plano de Governança Corporativa aprovado pelo Conselho de Administração e atualizado periodicamente pelos Comitês de Assessoramento e Conselho. A prática da Governança Corporativa preserva a orientação dos acionistas quanto à permanência e sustentabilidade dos negócios e é exercida por meio de seus principais agentes - os Comitês de Assessoramento, o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária, dentre outros. Ao Conselho de Administração cabe o direcionamento estratégico de toda a instituição, bem como o monitoramento de seu cumprimento. Ele e a Diretoria atuam de forma sinérgica na busca do equilíbrio entre a estratégia de longo prazo e a busca para atingir metas e objetivos de curto prazo. Já os fóruns de governança institucionalizados no Plano de Governança os Comitês de Finanças e Riscos, Pessoas, Gestão e Governança, Estratégia, Inovação, Sustentabilidade, são coordenados por Membros do Conselho de Administração e contam com a participação de Executivos e Conselheiros.

O Comitê de Auditoria e Compliance, instalado pela Assembleia Geral, é coordenado por um especialista com ampla experiência no setor.



Gestão de Pessoas

Missão, metas e propósitos serão alcançados e entregues apenas por meio das pessoas que fazem parte da equipe Tribanco e empresas ligadas. Engajamento e capacitação, em especial, tem sido a tônica de gestão pessoas, extensiva a todos os níveis da Organização.

Capacitação pautada na estratégia de efetiva utilização e valorização da experiência do colaborador e demais stakeholders envolvidos, garantindo assim participação real e não mera expectativa em relação aos processos de aprendizagem.

O movimento de capacitação atualmente tem como visão ser um processo contínuo e evolutivo de transformação cultural, lastreado naturalmente nos valores organizacionais, com o objetivo de refletir-se nas práticas de gestão.

Assim, mantivemos e enriquecemos a formação de pessoas para as competências essenciais para liderança de equipes, projetos e iniciativas, seja por meio de processos de coaching individual, coletivo ou programas de formação conceitual e prática em equipes, onde o aprendizado é construtivo e aplicável. Como exemplo, citamos a Academia do Futuro: programa que compreende a participação de 130 colaboradores, de todas as áreas e negócios, com foco em modelagem de projetos de forma transversal e participativa, métodos ágeis de consecução de projetos e foco do cliente.

O trabalho de assessment interno segue sua trilha de amadurecimento, apoiando as ações de transformação cultural, performance e de planejamento da estrutura organizacional, à medida em que passou a ser um importante recurso de orientação sobre capacidades instaladas e a serem desenvolvidas nas equipes.

Destacamos ainda a intensificação da capacitação de clientes, em parceria com a Universidade Martins do Valejo - UJV, quando levamos ao cliente a possibilidade efetiva de estruturar-se para os desafios do mercado, parceria que se reflete na sua satisfação e fidelização: alvo de nosso trabalho!

Iniciamos no primeiro semestre, workshops para lançamento do Programa de Capacitação (por adesão do Cliente), que até o final de 2017 se estenderá por 13 capitais do Brasil, bem como a realização dos Conselhos de Clientes, prática que nos alimenta da visão do cliente.

Portanto, temos como objetivo a prontidão de nossos colaboradores para os desafios de um contexto cada vez mais dinâmico, onde sejam capazes de exercer efetiva colaboração e novas capacidades com maestria.

Tricard

No primeiro semestre de 2017 o faturamento da Tricard cresceu 22,9% em relação ao mesmo período de 2016, e fechou na marca de R\$ 1,1 bilhão. Esse crescimento fez com que a Tricard conquistasse o melhor resultado da história da empresa, 72,5% maior do que no semestre anterior. Isso foi possível em função do maior empenho nos esforços voltados à redução de custos, respaldados pelos investimentos em tecnologia e pelo controle eficaz da inadimplência. Outro fator que contribuiu para este resultado foi o fato de que o Martins passou a permitir que seus clientes varejistas realizassem o pagamento de suas compras por meio do cartão de crédito, aumentando as movimentações nos nossos cartões.

Também amadurecemos o Site Portador, o aplicativo Meu Cartão Tricard, que hoje conta com 190 mil usuários, e desenvolvemos o canal de recebimento em lojas, nas quais os funcionários são estimulados, por meio da coparticipação nos recebíveis, a serem mais atuentes nos processos de recebimento. Firmamos parcerias e fortalecemos os canais digitais de renegociação.

O primeiro semestre de 2017 também marcou a evolução de dois produtos Tricard: o cartão Super Empresarial e o Tricard Mais. O Super Empresarial, cartão de crédito voltado para pessoa jurídica, foi desenvolvido para melhorar o sistema de compras dos estabelecimentos, permitindo maior controle dos gastos de cada setor. No primeiro semestre de 2017 o faturamento chegou a R\$ 48 milhões.

A parceria fechada com a ZUUM no final de 2016 tem performado de forma bastante satisfatória e já conta com 669 contas vendidas.

Em atendimento a Resolução nº 4.549 do CMN, que estabelece as novas regras para o financiamento do saldo devedor das faturas de cartões de crédito, passamos a ofertar taxas de juros em média 5 pontos percentuais menores que as taxas praticada no crédito rotativo.

Adquirência

Os investimentos que vem sendo realizados desde 2015 em tecnologia, processos e pessoal de nossa adquirência própria permitiram que nossa rede de aceitação para os cartões Tricard estivesse apta para ampliação. Desde outubro de 2016, lojas piloto - como farmácias, postos de gasolina e restaurantes - estão sendo credenciadas para também receber os cartões Tricard em uma operação que dá corpo à nossa atividade de cartões e adquirência (private label). Os investimentos também resultaram em operações mais seguras e modernas já que as máquinas de recebimento de cartões ganharam tecnologia para operar com os cartões com chip e senha.

Tribanco Corretora de Seguros

No primeiro semestre de 2017, a Tribanco Seguros iniciou um processo de reestruturação com o objetivo de reforçar sua oferta de valor para os clientes do SIM de forma a ampliar o relacionamento e fidelizá-los. As ações realizadas trouxeram como resultado um expressivo aumento nos indicadores de negócios e colocou a Tribanco Seguros nos trilhos de crescimento enquanto empreendimento.

A Corretora manteve o atendimento das soluções para proteção e segurança patrimonial das empresas do Sistema Integrado Martins - SIM. Dentro desta vertical de atendimento as empresas do grupo, seu programa de Affinity para colaboradores e seus familiares aumentou o número de adesões.

Outra importante estratégia foi a revitalização da oferta de seguros direcionados aos clientes dos cartões Tricard, expandindo as oportunidades de adesão em diferentes canais de venda, inclusive digitais.

No atendimento aos clientes pessoa jurídica do grupo o foco foi, a partir do entendimento de suas reais necessidades, estruturar uma nova linha de produtos, simplificados e de fácil contratação.

O primeiro semestre de 2017 também foi um semestre em que investiu-se na organização de processos operacionais iniciando o planejamento da estruturação de uma nova plataforma operacional que permitirá o contínuo crescimento do negócio.

Riscos

Para tratar os diferentes fatores de riscos adequadamente, o Tribanco conta com normas e parâmetros de governança que estão em constante avaliação e atualização. As ações são delineadas considerando os riscos de mercado, de liquidez, operacional, de crédito, socioambiental, dentre outros.

O primeiro semestre de 2017 foi encerrado com níveis confortáveis de liquidez e resultados na captação com clientes que superaram as expectativas. No primeiro semestre de 2017, o caixa manteve satisfatório, com passivo alongado e alongamento do perfil de captação junto aos mercados, aumento para permitir a ampliação da captação.

O perfil da carteira de Passivos é adequado a Carteira de Ativos.

Risco de Crédito

O Tribanco continua com índices de inadimplência controlados e no primeiro semestre de 2017 continuou investindo em tecnologia e com políticas eficazes de renegociação, conseguiu resultados satisfatórios apesar da instabilidade econômica. A utilização de biometria facial para concessão do cartão Tricard contribuiu significativamente para a redução do risco de fraude na base de clientes. Os processos automatizados de análise de concessão para pessoa física também seguiram sendo aprimorados e resultaram na diminuição da possibilidade de erro da análise humana e em maior rapidez e facilidade para que o cliente conseguisse o crédito. Além disso, o modelo de avaliação estatística utilizado para concessão de crédito conta com 80 variáveis que são analisadas de maneira criteriosa. Também faz parte da gestão de risco de crédito o desenvolvimento de modelos de monitoramento que permitam antecipar problemas. No Tribanco, os clientes são acompanhados de perto e, além de gerar consistência para ações baseadas nos níveis de risco previamente identificados, essa dinâmica permite que seja ofertada, em momento oportuno, uma solução de parcelamento de faturas. Como é esperado, as ações de gerenciamento de risco de crédito foram desenvolvidas ao longo do primeiro semestre de 2017 em sinergia com as demais áreas do banco. Alguns exemplos são o incentivo da participação das lojas na recuperação de crédito do cliente e o envolvimento da equipe de gerenciamento de risco de crédito na pré-aprovação de clientes para a área comercial.

Risco de Mercado

A oscilação do VaR, ao longo do 1º semestre deste ano, foi fundamentalmente, em função da volatilidade do fator de risco ao qual a instituição está exposta, e não tanto pela elevação dos níveis de exposição. A volatilidade foi ocasionada em função de fatores políticos e econômicos que impactaram fortemente o mercado financeiro como um todo. Neste período de maior volatilidade, houve um extensivo monitoramento dos indicadores de risco. O "EVE" (Economic Value of Equity), modelo utilizado para o monitoramento da "carteira de não negociação", ficou estável em boa parte do período analisado, apresentando uma leve elevação apenas no mês de junho, basicamente pela leve elevação na carteira. Esta mesma análise é válida para o indicador de stress de risco.

Risco de Liquidez

O nível de liquidez manteve-se acima do caixa mínimo, em níveis confortáveis, no período analisado, mesmo diante das turbulências no âmbito político e econômico em que o país se encontra. Além do monitoramento, diário, do nível de liquidez para o horizonte de seis meses, os indicadores de concentração de vencimentos e contrapartes foram acompanhados pelos comitês executivos, a fim de mitigar o risco de rompimento dos limites operacionais estabelecidos. Neste período, a área de risco de mercado investiu no aprimoramento de modelos de análise de stress de liquidez.

Gestão de Capital

Em conformidade com a estratégia de crescimento do negócio estabelecida para os próximos três anos, o nível de capital manteve-se em patamares satisfatórios para o cumprimento da estratégia. A alocação do capital nos riscos incorridos pelo Tribanco, manteve a distribuição histórica. O backtest mostrou que o modelo de simulação do capital, apresentou grande aderência em relação ao indicador monitorado.

Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos é assunto estratégico e fundamental para nossa instituição e demais empresas integrantes do conglomerado prudencial. O processo de gestão de riscos corporativos de mercado, de liquidez, de crédito, operacional e socioambiental conta com a participação de todas as estruturas hierárquicas, ou linhas de defesa, para fortalecer o processo de identificação, classificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos.

O Bacen publicou em 23.02.2017 a Resolução nº 4.557, do CMN, que dispõe sobre a gestão integrada de riscos. O novo formato de estrutura entrará em vigor 360 dias após sua publicação e o Tribanco vem desenvolvendo os estudos da regulação e de suas adequações internas para atendimento no prazo estabelecido.

Risco Operacional e Controles Internos

O risco operacional, descrito como a possibilidade de perdas financeiras resultantes de falhas em sistemas, processos, eventos externos e pessoas é objeto de gerenciamento através principalmente dos controles internos existentes e frequentemente revisados e que, assim, possibilitem proteger a instituição em seus interesses, de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas.

O processo de gerenciamento do risco operacional envolve toda a instituição com a disseminação de cultura orientada ao reconhecimento e controle dos riscos sob à gestão direta de suas áreas, de acordo com a estratégia dos negócios estabelecida e divulgada.

Risco Socioambiental

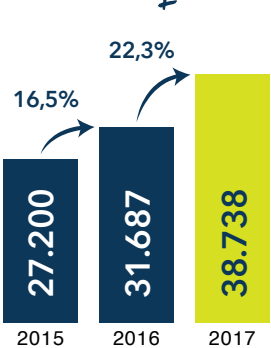
O gerenciamento do risco socioambiental é orientado por matriz de risco dos clientes com exposição de crédito ou de obrigações junto à instituição que considera os fatores socioambientais aos quais o cliente está inserido, seu objeto social e atividades correlatas. As análises sobre as informações prestadas pelos clientes e as obtidas junto a órgãos governamentais fazem parte do processo para emissão de recomendação ao Comitê de Crédito em suas decisões e procuram preservar a instituição em possível risco à sua reputação.

Ouvidoria

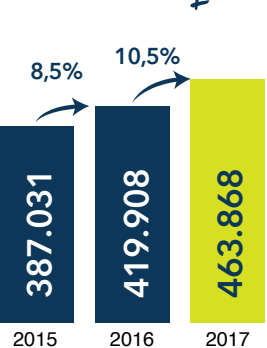
A Ouvidoria encontra-se regularmente constituída de acordo com a Resolução nº 4.433 do Conselho Monetário Nacional e presta atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tenham sido solucionadas nos canais de atendimento primário. A Ouvidoria funciona como um canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, especialmente na mediação de conflitos, atuando também nas demandas de seus clientes encaminhadas à instituição pelo Banco Central do Brasil e órgãos públicos e privados de proteção e defesa do consumidor. Dentre as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Tribanco destacam-se o atendimento, registro, instrução, análise, tratamento e resposta às demandas dos clientes dentro dos prazos legais, além da prestação de esclarecimentos acerca do andamento de suas respectivas demandas. A Ouvidoria do Tribanco informa regularmente a Diretoria da instituição, o Comitê de Auditoria e Compliance e o Conselho de Administração a respeito das atividades por ela desenvolvidas, tendo apresentado no primeiro semestre de 2017 resultados satisfatórios na sua atuação e contribuído ativamente com o aperfeiçoamento de processos, produtos e serviços oferecidos pela instituição.

Avaliação Externa

Lucro Líquido



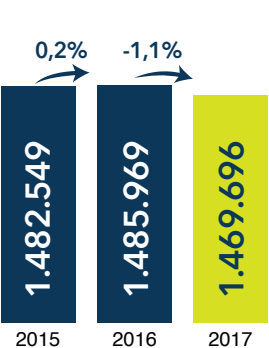
Patrimônio Líquido



Captação



Carteira de Crédito



ROE



Balances Patrimoniais em 30 de Junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Ativo		
Circulante	1.722.476	1.755.114
Disponibilidades (nota 4)	286	162
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	429.187	494.968
Aplicações no mercado aberto (nota 4)	355.998	450.994
Aplicações em depósitos interfinanceiros	73.189	43.974
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 6)	88.311	93.267
Carteira própria	75.064	82.094
Vinculados à prestação de garantias	13.247	8.258
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.915
Relações interfinanceiras	77.383	54.955
Pagamentos e recebimentos a liquidar	7.133	8.695
Créditos vinculados - depósitos no BACEN	62.109	37.779
Correspondentes	8.141	8.481
Operações de crédito	804.849	844.433
Operações de crédito (nota 7)	912.004	945.661
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7 e 8)	(107.155)	(101.228)
Outros créditos (nota 9)	279.398	241.112
Diversos	283.137	244.327
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7, 8 e 9)	(3.739)	(3.215)
Outros valores e bens (nota 10)	43.062	26.217
Bens não de uso próprio	45.002	26.539
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(3.606)	(1.609)
Despesas antecipadas	1.666	1.287
Não circulante	395.808	420.769
Realizável a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 6)	1.034	-
Carteira própria	1.034	-
Operações de crédito	306.657	328.997
Operações de crédito (nota 7)	320.859	341.980
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7 e 8)	(14.202)	(12.983)
Outros créditos (nota 9)	88.117	91.772
Diversos	88.536	92.417
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 8 e 9)	(419)	(645)
Permanente	149.012	129.872
Investimentos	107.178	93.093
Participações em controladas - no País (nota 11)	106.938	92.853
Outros investimentos	240	240
Imobilizado de uso (nota 12)	14.639	12.482
Imóveis de uso	5.539	5.412
Outras imobilizações de uso	25.605	21.627
Depreciações acumuladas	(16.505)	(14.557)
Ativos intangíveis (nota 13)	27.195	24.297
Outros ativos intangíveis	63.488	55.653
Amortizações acumuladas	(36.293)	(31.356)
Total do ativo	2.267.296	2.305.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2017	2016
Passivo		
Circulante	867.436	974.932
Depósitos (nota 14 a)	328.323	337.607
Depósitos à vista	172.488	137.685
Depósitos interfinanceiros	-	59.172
Depósitos a prazo	135.465	125.467
Outros depósitos	20.370	15.283
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 14 b)	181.171	294.294
Obrigações por emissão de letras de créditos imobiliários	109.907	261.201
Obrigações por emissão de letras financeiras	71.264	33.093
Relações interfinanceiras	33.397	34.036
Recebimentos e pagamentos a liquidar	33.360	34.009
Correspondentes no país	37	27
Relações interdependências	8.728	8.702
Recursos em trânsito de terceiros	8.728	8.702
Obrigações por empréstimos (nota 14 c)	-	6.912
Empréstimos no exterior	-	6.912
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais (nota 14 c)	68.437	59.430
BNDES	50.541	37.339
FINAME	17.896	21.891
Outras obrigações (nota 15)	247.380	233.951
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.158	1.240
Sociais e estatutárias (nota 15 b)	2.862	4.369
Fiscais e previdenciárias (nota 15 a)	20.961	18.950
Diversas (nota 15 c)	222.399	209.392
Não circulante	935.943	910.480
Exigível a longo prazo		
Depósitos (nota 14 a)	634.443	592.697
Depósitos interfinanceiros	42.200	69
Depósitos a prazo	592.243	592.697
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 14 b)	173.422	180.976
Obrigações por emissão de letras de créditos imobiliários	20.408	85.568
Obrigações por emissão de letras financeiras	153.014	95.408
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais (nota 14 c)	63.642	77.397
BNDES	54.619	54.124
FINAME	9.023	23.273
Outras obrigações (nota 15)	64.436	59.410
Sociais e estatutárias (nota 15 b)	1.362	1.036
Fiscais e previdenciárias (nota 15 a)	-	41.960
Diversas (nota 15 c)	63.074	16.414
Resultados de exercícios futuros	49	435
Resultado de Exercícios futuros	49	435
Patrimônio líquido (nota 18)	463.868	419.908
Capital social	285.293	285.293
De domiciliados no País	250.200	250.200
De domiciliados no Exterior	35.093	35.093
Reservas de capital	3.590	3.590
Reservas de lucros	153.885	149.497
Ajustes de avaliação patrimonial	(2)	(4)
Lucros acumulados	21.102	15.268
Ações em tesouraria	-	(33.736)
Total do passivo	2.267.296	2.305.755

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 30 de Junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de Lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
			Legal	Expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	285.293	3.590	31.402	117.341	(830)	-	(33.736)	403.058
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(2)	-	-	(2)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	31.687	-	31.687
Destinações:								
Reserva legal	-	-	1.584	-	-	(1.584)	-	-
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,0533618 por ação	-	-	-	-	-	(14.835)	-	(14.835)
Saldos em 30 de junho de 2016	285.							

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Triângulo S.A. ("Banco") é uma sociedade privada que opera na forma de banco múltiplo através de suas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que operam sob o mesmo controle (Grupo Martins).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Essas demonstrações estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Banco Triângulo S.A. em 22 de agosto de 2017.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

- CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16.
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

3. Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:

a. Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados, basicamente, por disponibilidades e aplicações de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício. (ii) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste ao valor de mercado - TVM", líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. (iii) Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, em contrapartida ao resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

e. Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a natureza e o objetivo.

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de hedge de fluxo de caixa classificamos os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquido dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99. As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação, exceto nos casos em que há a inclusão de um bem imóvel possibilitando assim, um upgrade de nível de rating. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outros, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

g. Demais ativos circulante e realizável a longo prazo
São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas, ajustados pelo valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

h. Investimentos
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos quando aplicável, da respectiva provisão para perdas.

i. Imobilizado
É demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica dos bens, sendo que as principais taxas anuais são: 4% para edificações, 10% para máquinas, equipamentos, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados.

j. Intangível
Está demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de vigência das licenças de uso que correspondem a sua vida útil.

k. Valor de recuperação dos ativos
Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

l. Passivos circulante e exigível a longo prazo
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

m. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pela Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes:

- (a) Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- (b) Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- (c) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

n. Provisão para garantias financeiras prestadas
Constituída com base no modelo de perda esperada, em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. A partir de 1º de janeiro de 2017, passou a ser reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução nº 4.512/16, do CMN.

o. Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015. A partir de setembro a alíquota utilizada foi de 20% do lucro antes do imposto de renda.

São constituídos créditos tributários, as taxas vigentes à época dos balanços, de imposto de renda e contribuição social sobre os saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo destes tributos.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31.12.2018), conforme Lei nº 13.169/2015.

p. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Entretanto, os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

q. Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

iii. Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Disponibilidades	286	162
Aplicações em operações compromissadas	355.998	450.994
Aplicações interfinanceiras de liquidez até 90 dias	3.019	37.629
Total	359.303	488.785

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2017	2016
Operações compromissadas	355.998	105.999
Posição bancada	-	344.995
Letras do Tesouro Nacional		
Notas do Tesouro Nacional		
Total	355.998	450.994

Depósitos interfinanceiros

	2017	2016
CDI	73.189	43.974
Total - Circulante	429.187	494.968

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30 de junho de 2017 e 2016, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	2017	2016
Carteira própria:		
LFT	76.098	82.094
Vinculados à prestação de garantias:		
LFT	13.247	8.258
Instrumentos financeiros derivativos:		
Swap		2.915
Total	89.345	93.267
Circulante	88.311	93.267
Não Circulante	1.034	-

Nas datas-base acima indicadas, as carteiras de títulos e valores mobiliários estavam classificadas como disponível para venda. Nos períodos acima não houve reclassificação de títulos entre as categorias.

b. Em 30 de junho de 2017 e 2016, os títulos, demonstrados pelos seus valores de custo e contábil, têm a seguinte composição:

	2017	2016
Valor de custo		
Valor de mercado		
Total	429.187	494.968

Títulos disponíveis para venda:
Carteira própria
LFT 76.102 76.098 82.102 82.094
Vinculados à prestação de garantias:
LFT 13.247 13.247 8.258 8.258
Total 89.345 89.345 90.360 90.352

Os valores de mercado dos títulos públicos foram apurados, com base no preço médio divulgado pela ANBIMA e estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

c. Em 30 de junho de 2017 e 2016, a composição dos vencimentos da carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

	2017	2016
Até 90 dias	23.193	65.118
De 180 a 360 dias	65.118	1.034
De 1 a 4 anos	1.034	89.345
Total	89.345	12.122
Até 3 anos	12.122	78.230
Total	23.193	65.118

Títulos disponíveis para venda:
LFT 23.193 65.118 1.034 89.345 12.122 78.230 90.352
Total 23.193 65.118 1.034 89.345 12.122 78.230 90.352

d. Instrumentos financeiros derivativos
O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender as necessidades próprias, a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis. A administração desses riscos é efetuada com base em políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. Esses instrumentos financeiros incluem derivativos que geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores.

Em 30 de junho, a posição dos instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

	2016
Ativo:	
Swap - diferencial a receber	2.915
Total a receber	2.915
Total circulante	2.915

No semestre findo em 30 de junho de 2017, o Banco não possui saldo referente à posição com instrumentos financeiros derivativos. Os valores registrados em contas de ativo, passivo e compensação, cuja contraparte corresponde a clientes e são negociados na BM&FBovespa, eram como segue:

	2016
Hedge de risco de mercado	
Posição ativa:	
Dólar norte-americano	6.912
Posição passiva:	
CDI	(3.997)
Net operações de swap's Dólar x CDI Diferencial a receber	2.915

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, estão assim compostos:

	2017	2016
Receita		
Despesa		
Líquido		
Total	760	760

Derivativos utilizados como instrumentos de proteção
Os derivativos utilizados como instrumentos de proteção em 30 de junho de 2016, eram representados como segue:

	2016
Objeto de Risco de mercado	
Empréstimo em moeda estrangeira - dólar norte-americano	(6.962)
Contratos de swap	6.912
Posição ativa - dólar norte-americano	6.912
Total	50

7. Operações de crédito

As informações da carteira, em 30 de junho de 2017 e 2016, estão assim apresentadas:

a. Composição da carteira por modalidade de operação

	2017	2016
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	727.903	759.579
Cartões de crédito - Crédito rotativo e não migrado	166.695	137.274
Compror	96.495	107.099
Títulos descontados	95.151	114.360
FINAME/BNDES	133.844	139.943
Adiantamentos a depositantes	1.144	11.692
Financiamentos à exportação	8.856	17.370
Demais direitos creditórios	2.053	-
Financiamentos rurais e agroindustriais	692	-
Outros empréstimos	30	144
Subtotal - operações de crédito	1.232.863	1.287.641
Cartões de crédito - Compras a faturar (i)	235.669	189.232
Outros créditos (i)	1.164	9.096
Total	1.469.696	1.485.969

Operações de crédito - circulante
Outros créditos - circulante (conforme nota 9)
Operações de crédito - não circulante
Outros créditos - não circulante (conforme nota 9)

(i) Demonstrado como componente da carteira de crédito para fins de publicação. Consta registrado na rubrica de outros créditos. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 9.

b. Composição da carteira por vencimento

	2017	2016
Parcelas vencidas:		
Até 14 dias	14.183	16.255
Entre 15 e 30 dias	13.103	14.236
Entre 31 e 60 dias	16.069	13.724
Acima de 60 dias	110.287	94.521
Total	153.642	139.006

Parcelas a vencer:
Até 30 dias 362.976 388.633
Entre 31 e 60 dias 164.511 125.163
Entre 61 e 90 dias 72.521 77.931
Entre 91 e 180 dias 163.042 172.136
Entre 181 e 360 dias 231.604 239.898
Acima de 360 dias 321.400 343.202
Total 1.316.054 1.346.969

Total 1.469.696 1.485.969

c. Composição da carteira por setor de atividade

	2017	2016
Comércio	923.944	996.718
Pessoa Física	402.364	326.506
Serviços Privados	40.470	36.212
Alimentos e Bebidas	29.809	31.295
Siderurgia e Metalurgia	19.735	19.216
Papel e Celulose	14.181	17.687
Químico e Petroquímico	7.346	17.010
Automotivo	3.659	4.338
Transportes	2.543	3.700
Eletroeletrônicos	2.541	3.375
Madeira e Móveis	900	3.348
Construção e Imobiliário	378	1.034
Máquinas e Equipamentos	238	1.012
Outros	21.588	24.518
Total	1.469.696	1.485.969

d. Composição da carteira por nível de risco

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a composição da carteira por nível de risco está representada por:

	2017	2016
Nível		
AA	De 0,00 a 0,49	44.859
A	De 0,50 a 0,99	1.048.590
B	De 1,00 a 2,99	90.217
C	De 3,00 a 9,99	101.575
D	De 10,00 a 29,99	12.441
E	De 30,00 a 49,99	4.463
F	De 50,00 a 69,99	4.766
G	De 70,00 a 99,99	7.874
H	100,00	15.452
Total	1.330.237	1.39.459

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no montante de R\$7.095 em 2016, convertido em moeda pela União em 2016, do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no montante de R\$6.382 (R\$6.025 em 2016), depósitos de Interposição de Recursos Trabalhistas no montante de R\$4.572 (R\$5.042 em 2016), e outros depósitos referentes à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, FGTs, INSS e a caução processual cível no montante de R\$2.389 (R\$2.472 em 2016).

(d) Em 30 de junho de 2016 referem-se, basicamente, a operações de aquisição de crédito oriundas de duplicatas e notas promissórias rurais e em 30 de junho de 2017 referem-se a vendas a prazo de bens não de uso retomados junto a clientes inadimplentes. (Demonstrado como componente da carteira de crédito, conforme nota explicativa nº 7.a).

10. Outros valores e bens

a. Bens não de uso próprio

	2017	2016
Imóveis	35.650	25.747
Veículos	46	387
Bens em regime especial	9.306	405
Provisão para desvalorização	(3.606)	(1.609)
Total	41.396	24.930

b. Despesas antecipadas

Referem-se basicamente a despesas de seguros e despesas financeiras pagas antecipadamente amortizadas linearmente em função dos períodos contratuais no montante de R\$1.666 (R\$ 1.287 em 2016).

11. Participações em controladas - no país

Referem-se às participações das controladas Triângulo Participações e Serviços Ltda. - TPS, Tribanco Corretora de Seguros S.A. e Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda.

As principais informações sobre as controladas estão sumarizadas, como segue:

	Triângulo Participações e Serviços Ltda.		Tribanco Corretora de Seguros S.A.		Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda.		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Dados da controlada								
Capital social	15.000	15.000	3.000	3.000	32.501	32.501		
Patrimônio líquido	24.324	23.145	18.005	14.287	64.609	55.421		
Lucro líquido do semestre	1.041	1.089	2.029	1.743	4.627	3.464		
Situação dos investimentos								
Participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Saldos no início do semestre	24.258	22.676	15.976	12.544	59.982	51.957	100.216	87.177
Distribuição de dividendos								
a acionistas minoritários	(975)	(620)	-	-	-	-	(975)	(620)
Equivalência patrimonial	1.041	1.089	2.029	1.743	4.627	3.464	7.697	6.296
Saldos no fim do semestre	24.324	23.145	18.005	14.287	64.609	55.421	106.938	92.853

Os processos judiciais e administrativos, que possuem provisões constituídas, têm como principais objetos:

Cíveis
(i) Ações judiciais movidas por consumidores (contestação de restrição de crédito e de compras realizadas com cartão, não reconhecimento de adesão de cartão de crédito, etc.).

Trabalhistas
(i) Reclamatórias trabalhistas que discutem legalidade da relação de trabalho/emprego.

Tributárias
(i) PIS: EC 10/96;
(ii) PIS/COFINS: Não incidência sobre TJLP;
(iii) IRPJ/CSLL: Não incidência sobre as receitas decorrentes dos juros de mora;
(iv) PIS/COFINS: Exclusão do ISS da base de cálculo;
(v) Taxa de Fiscalização: Exigência de taxa pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os principais processos com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil:

	2017	2016
Terrenos		
Infraestrutura	116	116
Educação	2.448	2.448
Sistema de processamento de dados	4.5423	1.641
Instalações	10.3979	2.495
Móveis e equipamentos de uso	10.4376	2.423
Sistema de comunicação	10.1243	579
Sistema de transporte	20.515	55
Sistema de segurança	10.528	80
Total	31.144	14.639

13. Intangível

O intangível refere-se, principalmente, a gastos com aquisição e desenvolvimento logísticos, os quais são amortizados à taxa de 20% ao ano, no montante de R\$27.195 (R\$24.297 em 2016).

14. Captações

a. Depósitos

A composição dos depósitos por vencimento, em 30 de junho de 2017 e 2016, está representada a seguir:

	2017				
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Outros depósitos	Total
Sem vencimento	172.488	-	-	20.370	192.858
Até 30 dias	-	15.174	-	-	15.174
De 31 a 60 dias	-	10.877	-	-	10.877
De 61 a 90 dias	-	20.522	-	-	20.522
De 91 a 180 dias	-	36.506	-	-	36.506
De 181 a 360 dias	-	52.386	-	-	52.386
Acima de 360 dias	-	592.243	42.200	-	634.443
Total	172.488	727.708	42.200	20.370	962.766
Circulante	172.488	135.465	-	20.370	328.323
Não circulante	-	592.243	42.200	-	634.443

	2016				
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Outros depósitos	Total
Sem vencimento	137.685	-	-	15.283	152.968
Até 30 dias	-	6.304	-	-	6.304
De 31 a 60 dias	-	18.007	-	-	18.007
De 61 a 90 dias	-	4.583	-	-	4.583
De 91 a 180 dias	-	36.013	35.797	-	71.810
De 181 a 360 dias	-	60.560	23.375	-	83.935
Acima de 360 dias	-	592.697	-	-	592.697
Total	137.685	718.164	59.172	15.283	930.304
Circulante	137.685	125.467	59.172	15.283	337.607
Não circulante	-	592.697	-	-	592.697

b. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2017	2016
Recursos de Letras de Créditos Imobiliários	130.315	128.501
Recursos de letras financeiras	224.278	346.769
Total	354.593	475.270
Circulante	181.171	294.294
Não circulante	173.422	180.976

c. Obrigações por empréstimos e repasses

No país
São representadas por repasses de recursos internos com encargos variáveis e acrescidos da respectiva TJLP no montante de R\$ 132.079 (R\$136.827 em 2016).

No exterior

Em 30 de junho de 2016, eram representadas por recursos externos indexados ao dólar norte-americano mais taxa de juros, com vencimento em 15 de dezembro de 2016 e que foram integralmente liquidados nesta data.

15. Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota 16) (i)	-	41.960
Impostos e contribuições a recolher (ii)	9.478	8.877
Provisão para imposto de renda	6.269	5.464
Provisão para contribuição social	5.214	4.609
Total	20.961	60.910
Circulante	20.961	18.950
Não circulante	-	41.960

(i) Em atendimento à Carta Circular nº 3.782 de 19 de setembro de 2016, com vigência a partir de janeiro de 2017, os montantes de Provisão para riscos fiscais, de 2017, foram migrados para o subgrupo Diversas.

(ii) Referem-se basicamente a tributos retidos relacionados a salários no montante de R\$6.002 (R\$5.419 em 2016) e a COFINS no montante de R\$1.706 (R\$1.629 em 2016).

b. Sociais e estatutárias

	2017	2016
Participações nos lucros	4.224	5.405
Total	4.224	5.405
Circulante	2.862	4.369
Não circulante	1.362	1.036

	2017	2016
Valores a pagar a estabelecimentos por compras com cartões	193.588	173.616
Provisão para contingências trabalhistas (nota 16 a)	10.702	11.349
Provisões para outras despesas administrativas	10.832	11.895
Provisão para contingências cíveis (nota 16 a)	4.864	5.065
Provisão para despesas com pessoal	9.388	8.740
Provisão para contingências fiscais (nota 16 a) (ii)	47.508	-
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 19)	4.209	3.411
Créditos com bancos correspondentes (i)	18	18
Cheques administrativos	139	132
Outras obrigações (ii)	4.225	11.580
Total	285.473	225.806
Circulante	222.399	209.392
Não circulante	63.074	16.414

(i) A conta "Créditos com bancos correspondentes" refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas no último dia do mês, que foram baixadas das respectivas contas contábeis no primeiro dia útil seguinte.

(ii) Em atendimento à Carta Circular nº 3.782 de 19 de setembro de 2016, com vigência a partir de janeiro de 2017, foram implementados registros no título Provisão para Contingências. Em 2016 o montante respectivo constava registrado no título Fiscais e Previdenciárias - Provisão para riscos fiscais. (Vide nota 15 a), bem como foram implementados registros no título Provisão para Garantias Prestadas, totalizando em 30 de junho R\$51.

16. Passivos contingentes

O Banco é parte de vários processos judiciais conforme demonstrado abaixo:
a. Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	2017	2016
Obrigações legais	47.508	41.960
Contingências trabalhistas	10.702	11.349
Contingências cíveis	4.864	5.065
Total	63.074	58.374

b. Movimentação das provisões passivas

	2017			
	Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Contingências cíveis	Total
Saldo no início do semestre	40.890	11.876	4.934	57.700
Constituição (i)	-	-	-	-
(nota 27 (b))	7.245	1.067	1.658	9.970
Reversão (nota 27 (a))	-	(1.586)	(631)	(2.217)
Baixas	(627)	(655)	(1.097)	(2.379)
Saldo em 30 de junho de 2017	47.508	10.702	4.864	63.074

(i) A constituição de Contingências Fiscais tem contrapartida em Outras Despesas Operacionais (nota 27 b) e Ativo Fiscal Diferido (nota 17).

	2016			
	Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Contingências cíveis	Total
Saldo no início do semestre	35.789	11.302	4.736	51.827
Constituição (nota 27 b)	6.171	2.849	1.546	10.566
Reversão (nota 27 b)	-	(803)	(340)	(1.143)
Baixas	-	(1.999)	(877)	(2.876)
Saldo em 30 de junho de 2016	41.960	11.349	5.065	58.374

O detalhamento das obrigações legais e das contingências trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 30 de junho de 2017 e 2016 é o seguinte:

	2017							
	Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias		Contingências trabalhistas		Contingências cíveis		Total	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Perdas	41.691	41.691	7.940	7.940	665	613		
Prováveis	5.817	5.817	5.581	2.762	4.460	4.251		
Total	47.508	47.508	13.521	10.702	5.125	4.864		
Quantidade	13	-	151	-	2	-		

	2016							
	Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias		Contingências trabalhistas		Contingências cíveis		Total	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Perdas	36.893	36.893	7.736	7.736	638	638		
Prováveis	5.067	5.067	7.144	3.613	4.523	4.427		
Total	41.960	41.960	14.880	11.349	5.161	5.065		
Quantidade	19	-	130	-	1	-		

Os processos judiciais e administrativos, que possuem provisões constituídas, têm como principais objetos:

Cíveis
(i) Ações judiciais movidas por consumidores (contestação de restrição de crédito e de compras realizadas com cartão, não reconhecimento de adesão de cartão de crédito, etc.).

Trabalhistas
(i) Reclamatórias trabalhistas que discutem legalidade da relação de trabalho/emprego.

Tributárias
(i) PIS: EC 10/96;
(ii) PIS/COFINS: Não incidência sobre TJLP;
(iii) IRPJ/CSLL: Não incidência sobre as receitas decorrentes dos juros de mora;
(iv) PIS/COFINS: Exclusão do ISS da base de cálculo;
(v) Taxa de Fiscalização: Exigência de taxa pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os principais processos com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil:

	2017	2016
Terrenos		
Infraestrutura	116	116
Educação	2.448	2.448
Sistema de processamento de dados	4.5423	1.641
Instalações	10.3979	2.495
Móveis e equipamentos de uso	10.4376	2.423
Sistema de comunicação	10.1243	579
Sistema de transporte	20.515	55
Sistema de segurança	10.528	80
Total	31.144	14.639

17. Imposto de renda e contribuição social

O Banco, com base em expectativa de resultados tributáveis futuros, constitui créditos tributários sobre diferenças temporárias, basicamente relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa, ajustes de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

(a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas vigentes em 30 de junho de 2017 e 2016, estando assim compostos:

	2017	2016
Ativo		
Crédito tributário - Imposto de renda		
Sobre diferenças temporárias - provisão para créditos de liquidação duvidosa	36.534	34.020
Sobre diferenças temporárias - provisões passivas	4.575	5.026
Sobre diferenças temporárias - marcação a mercado	1	2
Sobre diferenças temporárias - outros	902	402
Total sobre diferenças temporárias - Imposto de Renda	42.012	39.450
Crédito tributário - Contribuição social		
Sobre diferenças temporárias - provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.795	27.216
Sobre diferenças temporárias - provisões passivas	3.529	4.021
Sobre diferenças temporárias - marcação a mercado	1	1
Sobre diferenças temporárias - outros	721	322
Total sobre diferenças temporárias - Contribuição social	<	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Benefícios a empregados

O Banco Triângulo é co-patrocinador do Plano de benefícios MartinsPrev, entidade fechada de previdência complementar, que oferece benefício de aposentadoria antecipada ou normal (por tempo de contribuição) e benefícios de risco (invalidez ou pensão por morte). O MartinsPrev possui planos de benefícios na modalidade de contribuição definida (aposentadoria Antecipada ou Normal) e de benefício definido para os benefícios de risco (invalidez e pensão por morte). Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a entidade não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais, no caso dos benefícios previstos na modalidade de contribuição definida. Existe um déficit equacionado decorrente de benefícios já concedidos na modalidade de benefício definido (situação anterior a revisão de regulamento realizada em 29/10/2008), para o qual o Banco realiza, em 2017, contribuição de 0,15% da folha dos participantes; este percentual é definido na avaliação atuarial anual. No caso dos benefícios de risco existe um convênio de repasse de risco firmado entre o Fundo Administrador e a entidade. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal. O Banco concede ainda os benefícios de Assistência Médica, Auxílio-Refeição e Cesta Alimentação, Auxílio-Creche ou Babá, Convênio para Assistência Odontológica e Convênio Farmácia para aquisição de medicamentos. O empregado dispensado sem justa causa possui a extensão do benefício, assistência médica, por um período de 60 dias a 270 dias, conforme tabela por tempo de empresa previsto na convenção coletiva de trabalho.

Conselho de Administração

Juscelino Fernandes Martins - Presidente
José Antônio Rossi Salles - Conselheiro
Ricardo Jabor Canizio - Conselheiro
Francisco Mesquita Neto - Conselheiro
Sérgio Alair Barroso - Conselheiro

Durante o primeiro semestre o montante de contribuições do Banco junto ao Fundo Administrador atingiu R\$1.328 (R\$1.117 em 2016).

29. Exposição cambial

A seguir apresentamos os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras nos semestre findo em 30 de junho de 2016:

2016	
Passivos - Dólar	
Empréstimos no exterior	6.912
Total geral	6.912
Conforme descrito na nota explicativa nº 6, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem. Em 30 de junho de 2016, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:	
	2016
Valor de referência	Valor contábil
Ativos - dólar norte-americano Swap	3.972
	6.912

Diretoria

João Ayres Rabello Filho - Presidente
José Mario Garcia Cury - Diretor
Marco Túlio da Silva - Diretor
Janderson de Miranda Faccin - Diretor
Luiz Henrique das Neves - Diretor

30. Outras informações

a. Índice da Basileia

O Índice de Basileia é apurado de acordo com os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco. Dentro deste contexto regulamento, o Banco encontra-se enquadrado em relação ao mínimo exigido de 10,5%, sendo 9,25% de Patrimônio de Referência em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco e 1,25% do Adicional de Capital. O Índice de Basileia em junho de 2017 foi de 17,83% (16,71% em 2016) com margem de 45,39% do PR (38,31% em 2016).

	2017	2016
Patrimônio de Referência Nível I	432.595	402.597
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.426.576	2.408.979
RWACPAD	1.591.058	1.676.002
RWACOPAD	835.518	732.698
RWAMFPAD	-	279
RBAN	11.797	10.461
Índice de Basileia (%)	17,83	16,71
Capital Nível I (%)	17,83	16,71
Capital Principal (%)	17,83	16,71

b. Avas e Fianças

Os avais e fianças concedidos totalizam R\$7.745 em 30 de junho de 2017 (R\$19.089 em 2016).

Contador

Eurides Nunes da Silva Júnior
CRC - ISP 258595/O-5 "S" MG

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

O Comitê de Auditoria, na forma do seu regimento interno, tem como competência zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco Triângulo S.A., pela eficiência e confiabilidade do Sistema de Controles Internos, de gestão de riscos da sociedade, de Ouvidoria, pela atuação, com independência e qualidade, das auditorias interna e externa, bem como pela apreciação da conformidade das operações e negócios da instituição com os dispositivos legais, os regulamentos e a política da sociedade. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da administração, das fontes acima citadas e nas suas próprias análises, observações e reuniões realizadas.

Atividades Exercidas no Período

O Comitê de Auditoria realizou, no primeiro semestre de 2017, 06 (seis) reuniões ordinárias, contando com a participação da Diretoria, Compliance, Auditoria Interna, Auditoria Externa, Jurídico e demais áreas gestoras do Banco. Nos meses de julho e agosto de 2017 outras duas reuniões foram realizadas, para avaliação das demonstrações financeiras de 30/06/2017 e de outros assuntos. Todas as reuniões constavam no seu programa de trabalho para o período, que foi integralmente cumprido. Importante mencionar que o Coordenador do Comitê de auditoria participa efetivamente de todas as reuniões do Conselho de Administração, mantendo-se informado, diuturnamente, sobre as decisões estratégicas da Organização.

Sistemas de controles internos e de Gerenciamento de Riscos

A Administração do Banco Triângulo manteve o processo de atualização e fortalecimento das suas políticas institucionais, com revisão e aprimoramento dos seus processos de trabalho, dando solidez ao seu modelo de governança corporativa, com ênfase no aperfeiçoamento do processo de administração dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e socioambientais, prevenção à Lavagem de Dinheiro, bem como a modernização do processo de Gerenciamento de Capital, na forma da Resolução nº 3.988, do Conselho Monetário Nacional,

buscando aperfeiçoá-los e, a partir de agora, adequar-se à Gestã Integrada de Riscos, na forma da Resolução nº 4.557/17, do Conselho Monetário Nacional.

O Comitê de Auditoria avalia como efetiva a atividade de compliance, de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco Triângulo S.A., com o engajamento do conselho de administração, da diretoria e de toda a equipe, no sentido de mantê-la adequada ao seu porte e características operacionais.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria aprovou o programa de trabalho, recebeu todos os relatórios dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna e avalia positivamente a sua abrangência, qualidade e o nível de independência da área.

Nos trabalhos realizados pela Auditoria Interna não foram apontadas falhas relevantes no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a continuidade dos negócios do Banco.

Auditoria Externa

A KPMG é a empresa responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras do Banco Triângulo, devendo certificar que elas representem de forma adequada, em todos os aspectos relevantes, a sua posição patrimonial e financeira, de acordo com a regulamentação vigente.

O Comitê reuniu-se com os auditores independentes para conhecimento dos seus processos de trabalho e principais conclusões sobre os trabalhos realizados e análise do respectivo Parecer, emitido sem qualquer ressalva, ou mesmo Cédula de Efeitos. O Comitê julgou que os trabalhos desenvolvidos foram adequados e compatíveis, não tendo sido evidenciados fatos relevantes que pudessem comprometer a independência da empresa responsável e de seus prepostos.

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria analisou os aspectos que envolvem o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Relatórios Financeiros e Relatório da Administração com data-base de 30.06.2017, tendo, ainda, realizado reuniões conjuntas com

os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os Auditores Externos, para informações e esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Além disso, foram analisadas as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, tendo verificado que as mesmas encontram-se alinhadas à legislação e regulamentação vigentes, retratando, com fidedignidade, a situação econômica e financeira da instituição.

Conclusão

O Comitê de Auditoria não recebeu, neste primeiro semestre de 2017, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração do Banco que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a sua continuidade ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do Banco Triângulo S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017.

Uberlândia, 22 de Agosto de 2017

Paulo Augusto de Andrade - Coordenador

Membros do Comitê

João Ayres Rabello Filho
José Antônio Rossi Salles
José Mário Garcia Cury
Marco Túlio da Silva
Valentin Antônio Zordan

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas do

Banco Triângulo S.A.

Uberlândia - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Triângulo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Triângulo S.A. ("Banco") em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador - CRC 15P160769/O-0

Central de Operações

0800 979 33 55
3003 3366*

- Consultas e Informações de Operações
- Solicitações de DOC/TED
- Pagamentos, Solicitações de Produtos e Serviços
- Cobrança (Boletins até 90 dias de atraso)

*Custo de ligação local - ligações originadas de segunda a sexta-feira, de celular nas Capitais e Regiões Metropolitanas das 7h30 às 20h, exceto feriados

Atendimento Exclusivo para Deficientes Auditivos/Fala

0800 727 1238

O Tribanco agora tem disponível um telefone exclusivo para atendimento de portadores de deficiência auditiva e fala. O atendimento é feito exclusivamente aparelhos que operam através do sistema TS.

Importante: Ao ligar nesse número a chamada é atendida através de um sinal sonoro (semelhante ao fax) identificado pelo aparelho que estabelece a comunicação. Uma ligação originada por um aparelho telefônico comum apresentará apenas sinal sonoro e ruídos

SAC - Serviço de Atendimento ao Cliente

0800 727 12 47

Elogios, reclamações, sugestões e cancelamentos

Ouvidoria

0800 727 40 17

A Ouvidoria Tribanco tem a missão de auxiliar os clientes e usuários dos serviços e produtos, sempre que for necessária a revisão de atendimentos já registrados na Central de Atendimento ou SAC. Ao entrar em contato com Ouvidoria, tenha em mãos seu número de protocolo de atendimento da Central de Negócios ou SAC.

Atendimento Ouvidoria: De segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 10h às 16h (horário de Brasília)

www.tribanco.com.br

Soluções para o varejo prosperar.

O Tribanco nasceu para ser um banco diferente. Nasceu para desenvolver o varejo brasileiro. Esse é o objetivo das empresas que compõem o Sistema Integrado Martins - SIM. O que é bom para o varejo, é bom para o SIM. Quando o varejo ganha, a gente também ganha. Sob essa mesma perspectiva, o Tribanco foi criado para oferecer soluções financeiras aos clientes do SIM.

QUANDO O VAREJO CRESCE, O PAÍS INTEIRO CRESCE. VEM CRESZER COM A GENTE.

Central de Atendimento **0800 979 3355 / 3003-3366** (para Capitais e Regiões Metropolitanas) OU acesse o site: www.tribanco.com.br

JUNTOS, CADA UM VALE MAIS.

vem com agente



*Central de Operações: 0800 979 3355 ou 3003 3366 para ligações originadas de celular nas capitais e regiões metropolitanas. SAC - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800 727 1247. Reclamações, cancelamentos, sugestões e elogios. Ouvidoria: 0800 727 4017 (é necessário registrar número de protocolo na Central de Negócios e/ou SAC).